

Conexões entre assistência técnica, extensão rural e agricultura familiar

Juçara Elza Hennerich

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) – Marechal Cândido Rondon, Paraná, Brasil.

e-mail: jucaraeh@gmail.com

Luciana Oliveira Fariña

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) – Marechal Cândido Rondon, Paraná, Brasil.

e-mail: luciana.farina@unioeste.br

Clério Plein

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) – Marechal Cândido Rondon, Paraná, Brasil.

e-mail: clerioplein@gmail.com

Resumo

O estudo apresentado tem por objetivo caracterizar as propriedades rurais da agricultura familiar, além de constatar e discutir suas visões e perspectivas em relação aos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER). Os dados foram coletados em três municípios do Oeste catarinense junto a 268 agricultores familiares, contemplando atividades produtivas, caracterização de área, de formação familiar, objetivos e expectativas, transversalizando estes dados com os serviços de ATER disponíveis, e idealizados segundo suas necessidades. O estudo discute ainda algumas possibilidades apontadas pelos entrevistados e suas interfaces com a realidade regional. Constatou-se a diversificação das atividades produtivas na agricultura familiar, entremeada pela pouca mão de obra disponível nas famílias, pelo envelhecimento dos residentes e pela importância da produção animal na sustentação das propriedades. Registrou-se, ainda, a diversidade de agentes de ATER, a aparente insatisfação do agricultor com estes serviços e a construção da autorresponsabilidade na busca do formato ideal de assistência e extensão, que proporcione ao agricultor continuidade, confiança, eficiência e que esteja alicerçada à realidade local, para que possa exercer a atividade agrícola, com liberdade em suas escolhas.

Palavras-chave: Assistência técnica; sociologia e extensão rural; agricultura familiar.

Connections between technical assistance, rural extension and family agriculture

Abstract

The present study aims to characterize the rural properties of family farming, in addition to finding and discussing their views and perspectives in relation to technical assistance and rural extension (ATER) services. The data were collected in three towns in western Santa Catarina from 268 family farmers, contemplating productive activities, area characterization, family formation, objectives and expectations, transversalizing these data with the available ATER services, and idealized according to their needs. The study also discusses some

possibilities pointed out by the interviewees and their interfaces with the regional reality. He noted the diversification of productive activities in family farming, interspersed by the small labor available in families, the aging of residents and the importance of animal production in sustaining properties. He also noted the diversity of ATER agents, the farmer's apparent dissatisfaction with these services and the construction of self-responsibility in the search for the ideal format of assistance and extension, which provides the farmer with continuity, confidence, efficiency and which is consolidate on the local reality, for that can exercise agricultural activity, with freedom in their choices.

Keywords: Technical assistance; sociology and rural extension; family farming.

Conexiones entre asistencia técnica, extensión rural y agricultura familiar

Resumen

El presente estudio tiene como objetivo caracterizar las propiedades rurales de la agricultura familiar, además de encontrar y discutir sus puntos de vista y perspectivas en relación con la asistencia técnica y los servicios de extensión rural (ATER). Los datos fueron recolectados en tres pueblos en el oeste de Santa Catarina de 268 agricultores familiares, contemplando actividades productivas, caracterización del área, formación familiar, objetivos y expectativas, transversalizando estos datos con los servicios disponibles de ATER e idealizados de acuerdo con sus necesidades. El estudio también analiza algunas posibilidades señaladas por los entrevistados y sus interfaces con la realidad regional. Señaló la diversificación de las actividades productivas en la agricultura familiar, intercaladas por la pequeña mano de obra disponible en las familias, el envejecimiento de los residentes y la importancia de la producción animal en las propiedades sostenibles. También señaló la diversidad de los agentes de ATER, la aparente insatisfacción del agricultor con estos servicios y la construcción de la responsabilidad propia en la búsqueda del formato ideal de asistencia y extensión, que brinde al agricultor continuidad, confianza, eficiencia y que se consolide en la realidad local, para eso puede ejercer la actividad agrícola, con libertad en sus elecciones.

Palabras-clave: Asistencia técnica; sociología y extensión rural; agricultura familiar.

Introdução

Os serviços de assistência técnica e extensão rural são fundamentais nas discussões sobre o desenvolvimento rural, tendo em sua própria história de construção, permeado e influenciado os fundamentos do desenvolvimento, e participado da base de conquistas e desafios sociais, econômicos, ambientais e culturais, seja o serviço de fonte pública ou privada. Para Abramovay (2007), a assistência técnica pública deve ter por finalidade a abordagem de aspectos técnicos de formas de produção e produtos, a valorização do campo como espaço contra a exclusão social, envolvendo aspectos relacionados ao desenvolvimento sustentável, a participação, o conhecimento e a organização social.

No entanto, a assistência técnica no Brasil, em seu início, teve ênfase na relação produtivista, baseada na "Revolução Verde", que disseminou a transferência e adoção de novas técnicas agrônômicas, tecnologias de uso de insumos externos e maquinários, cujos

benefícios foram direcionados, primeiramente, às indústrias de insumos e aos agricultores com alta capacidade de investimento e produção. A partir desse modelo, profundas alterações nas estruturas sociais rurais passaram a serem observadas, sobretudo, desigualdades de renda, desemprego no campo e, conseqüente, êxodo rural (SCHNEIDER; ESCHER, 2011), além das graves conseqüências ambientais.

A partir de 1995, após extensas discussões relacionadas à questão agrária e com o intuito de atender o segmento de produção agropecuária constituído pela agricultura familiar, pressionado por instituições organizativas deste setor, o cenário começa a incorporar ações paliativas e de reestruturação, entre elas a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O programa destinava recursos, prioritariamente, aos agricultores com menor capacidade produtiva. No entanto, Aquino e Schneider (2011), chamam atenção para o fato de que apenas o aporte do Pronaf não foi e não é capaz de promover o desenvolvimento no meio rural brasileiro, pois tal política apresenta pouca integração com outras ações governamentais, como redistribuição fundiária, educação rural, assistência técnica, difusão de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente, entre outros aspectos.

Neste mesmo sentido, e como reflexo dos questionamentos expostos pela sociedade e instituições ligadas ao meio rural, em 2003, o governo federal apresenta a proposta de criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária, que se baseou em princípios como o desenvolvimento sustentável, as noções de igualdades de gênero e étnicas, entre outros. Tal proposta ganhou força de Lei no ano de 2010 (PEIXOTO, 2008). Após a instituição da Pnater desenvolveu-se um amplo debate entre o governo federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministérios da Agricultura, Embrapa, com representantes dos agricultores familiares, trabalhadores rurais, extensionistas e outros atores sociais, com intuito de criar a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater). Como resultado, ocorre a edição da Lei nº12.897, de 18 de dezembro de 2013, que autoriza o governo federal a criar a agência, tendo como missão promover, coordenar e implantar programas de ATER voltados, prioritariamente, aos agricultores familiares e com áreas de terra consideradas de média extensão. No entanto, as dificuldades financeiras do governo federal e as mudanças políticas no cenário nacional estão dificultando a estruturação dessa agência e do novo sistema de ATER, que permanece sem clara efetivação (CASTRO; PEREIRA, 2017).

A estagnação do processo de estruturação de ATER, que atualmente volta a promover ações isoladas e descontinuadas, acende novos questionamentos, entre eles, aquele referente aos agentes de ATER, disponíveis ou capazes de melhor atendimento ao produtor familiar. É importante considerar que os novos modelos de ATER influenciam na caracterização das propriedades rurais, seja nos aspectos econômicos, sociais ou ambientais.

Na caracterização deste cenário algumas informações são importantes, segundo Dias *et al.* (2019), considerando uma relação entre os dados apresentados pelos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, verifica-se uma redução no número total de estabelecimentos agropecuários de maneira geral, que em 2006 somavam 5.175.636 e em 2017, chegaram a 5.072.152. Outro dado tratado pelos mesmos autores registra uma queda no número de propriedades com assistência técnica, que no ano de 2006 contava com 22,12% do total das propriedades e, em 2017, este percentual caiu para 19,85%. Quanto aos agentes de ATER, o estudo também mostra uma redução significativa no atendimento da ATER pública, justamente no estrato de área de 5 a 20 hectares.

É importante lembrar que a agricultura familiar é definida legalmente pelo Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017, e se caracteriza pela gestão da propriedade compartilhada na família e por ter a atividade produtiva agropecuária como principal fonte geradora de renda, em área máxima de 4 módulos fiscais.

Dentro desta caracterização a agricultura familiar ainda é responsável pela maior parte da produção de alimentos no Brasil. Castro (2015) registra que os estabelecimentos deste segmento são responsáveis por aproximadamente 84% do total de unidades agropecuárias, garantindo a ocupação de 74% da mão de obra na área rural. Segundo o autor, com base em dados do IBGE, a agricultura familiar detém em torno de 20% das terras e responde por aproximadamente 38% da produção nacional, fornecendo alguns produtos básicos da dieta do brasileiro, como feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais, sendo que, para alguns destes produtos, o setor chega a ser responsável por 60% da produção.

A configuração social do meio rural é outro fator diretamente ligado à construção da realidade da agricultura familiar, desta forma, é necessário entendermos a caracterização desta população, mais especificamente do estado de Santa Catarina, onde foi desenvolvido o estudo em questão.

O estado de Santa Catarina possui 183 mil estabelecimentos agropecuários, sendo que 37% destes possuem menos de 10 hectares de terra, ocupando somente 5% da área total (IBGE, 2017). São 502 mil pessoas ocupadas em atividades agropecuárias no estado, sendo que destas, 89% são homens e 10% mulheres. A maioria masculina também prevalece na mão de obra de terceiros, sendo 61% homens e 39% mulheres, deste total 81% tem laço de parentesco com os proprietários.

Outro aspecto importante desta caracterização é o envelhecimento da população rural, principalmente no estrato da agricultura familiar, em Santa Catarina são 69% da população rural tem entre 45 e 75 anos, um dado preocupante que indica o envelhecimento da mão de obra do setor, e que não apresenta sinais de renovação a curto e médio prazo (IBGE, 2017).

O estado de Santa Catarina, especificamente a região Oeste, é conhecido por seus contrastes, considerado extremamente importante na produção de carnes de frango e suínos, na produção de leite e de grãos, o estado abriga, também, processos velados de exclusão e discriminação. Oeste Catarinense passou por diferentes ciclos econômicos: a erva-mate, a madeira, pecuária e, atualmente, a agroindustrialização (FACCO, 2011), sendo destaque em termos agrícolas e agroindustriais, com uma economia estruturada pela agricultura familiar diversificada e pelo aporte às agroindústrias produtoras de carne, com destaque para a produção de suínos e aves (CANCELIER, 2013).

Desta forma, a região encontra-se fortemente ligada à dinâmica econômica nacional e internacional, o que, por sua vez, transforma este território em um espaço onde as tendências globais se manifestam em nível local (CANCELIER, 2013) e regional, modificando e exercendo uma constante pressão sobre as formas de vida, produção e paisagem local. O principal suporte econômico, embasado na produção familiar rural vinculada à indústria alimentícia, tornou-se gradativamente “seletivo” fazendo com que, expressivos contingentes populacionais rurais migrassem para os novos espaços, especialmente urbanos, tanto locais quanto regionais e nacionais (BERNARDY, *et al.* 2013), caracterizando aspectos de produção e desenvolvimento centrados na exclusão de formas de vida e produção consideradas tradicionais e na adequação destas a modelos pré-formatados pelas indústrias de alimento.

Este contexto inclui outros patamares que devem ser considerados e que, de uma forma ou outra, influenciam diretamente o desenvolvimento regional e a produção de alimentos, entre os quais podemos destacar o envelhecimento da população rural e a caracterização dos serviços de assistência técnica e extensão rural, vinculados a diferentes instituições públicas, privadas ou às cooperativas de produção.

Historicamente, pressionada a adaptação em diferentes entraves, a agricultura familiar do estado de Santa Catarina passa pela exclusão de políticas públicas específicas às suas características, à necessidade de intensificação da geração de renda financeira em pequenas áreas, aos diferentes ângulos da sucessão familiar e, ainda, à dificuldade de entrada e permanência em estruturas de comercialização. Como corroboram Castro *et al.* (2014), o próprio conceito de agricultura familiar demorou a ser, e ainda está sendo, incorporado pela categoria junto às suas instituições representativas e ao poder público, sendo ainda, segundo os autores, observada uma falta de apoio generalizada para todos os aspectos da produção agrícola.

Diante do cenário exposto, a ATER possui papel fundamental na manutenção e melhoria das condições de produção e vida na agricultura familiar. Em Santa Catarina, são atores fundamentais, neste aspecto, as Cooperativas de produção, as empresas de revenda de insumos, a Empresa de Pesquisa e Extensão Rural (EPAGRI) e, ainda, algumas organizações não governamentais, observa-se, porém, a dificuldade de metodologia, diálogo

e mesmo de formação dos profissionais que prestam este serviço. Esta argumentação remete a um complexo de situações estruturais, metodológicas, econômicas e de formação humana no campo, que pode assimilar a reflexão feita, entre muitos outros pensadores, por Aguiar (2012), que ratifica o aumento da produtividade e aumento da produção como condição “*sine qua non*” para a qualidade de vida na agricultura. Porém salienta que o simples aumento da produção, produtividade e da renda por parte dos agricultores, não lhes garantem melhores condições de vida.

Nesta concepção, Sen (2010), afirma que o desenvolvimento deve ir além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Interno Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele, neste sentido, ainda para Sen (2010, p.29), “o desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo, com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos”.

O presente estudo é parte de um estudo maior que busca a compreensão deste hiato entre a geração de renda e a melhoria da vida no campo, suas concepções e sustentação no espaço tempo. Entendendo que compreender a percepção dos agricultores com respeito às mudanças que ocorrem na sociedade, mais especificamente no meio rural, constitui um avanço na busca das causas atribuídas e na busca de possíveis arranjos e soluções, além de que permitem explicar a complexidade contextual e multidimensional que está presente na prática da gestão de seus estabelecimentos (ARAÚJO; TORESAN, 2018).

O recorte aqui proposto tem por objetivo registrar e discutir as visões e perspectivas dos agricultores em relação aos serviços de ATER, passando pela caracterização das propriedades rurais pesquisadas e as conexões com os serviços da assistência técnica em suas diferentes origens e abrangências metodológicas principais. Serão apresentados dados coletados em três municípios do Oeste catarinense junto a agricultores familiares, contemplando dados de atividades produtivas, caracterização de área, caracterização de formação familiar, objetivos, expectativas. No desenvolver o estudo fará um viés de caracterização da ATER disponível, com aquela considerada ideal segundo as necessidades dos agricultores pesquisados. O estudo discute ainda algumas possibilidades apontadas pelos entrevistados e suas interfaces com a realidade regional.

Material e métodos

O estudo foi realizado na região do extremo Oeste e Oeste de Santa Catarina, respectivamente nos municípios de São José do Cedro, comunidade rural de Santo Antônio, município de Maravilha, comunidade rural de Chinelo Queimado e município de Quilombo, comunidade rural de São José.

A pesquisa foi realizada junto aos cursos de agronomia da UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina no período de julho a dezembro de 2016, nos campus de São José do Cedro e Maravilha e na UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó, no período de fevereiro a julho de 2017.

Para a realização do estudo foram elaborados questionários semiestruturados, que abordaram as temáticas: ambiental, estrutura econômica, familiar e produtiva, assistência técnica e extensão rural, estes foram desenvolvidos junto a 268 agricultores da área geográfica proposta.

O número de visitas em cada comunidade foi disposto conforme a Tabela 1, tendo como parâmetro a inclusão de 100% dos estabelecimentos rurais, geograficamente pertencentes a cada comunidade.

Tabela 1: Detalhamento dos municípios, comunidades e número de elementos da coleta de dados entre dezembro de 2016 a julho de 2017.

Município	Comunidade	Número de famílias entrevistadas	Número de entrevistas
São José dos Cedros	Santo Antônio	39	116
Maravilha	Chinelo Queimado	28	94
Quilombo	São José	28	58
Total		95	268

Org.: Autores (2020).

Posterior à coleta de dados, os mesmos foram reunidos por temática e analisados de forma individual e por comunidade. No presente trabalho, os dados das três comunidades foram agrupados e analisados como forma de apresentar um panorama da realidade regional. A análise estatística segue os preceitos da estatística descritiva, seguida por testes de proporção e médias, considerando as intercessões e proporções dos grupos analisados.

O recorte de grupo de dados aqui proposto está relacionado aos itens:

- Caracterização das propriedades;
- Dados descritivos do estabelecimento, como: estrutura familiar, área, atividades produtivas, pluriatividade, produtividade e renda.
- Caracterização e avaliação dos serviços de assistência técnica e extensão rural e proposições acerca dos serviços e concepção da mesma.

Resultados e discussão

Os primeiros resultados analisados caracterizam as propriedades com média de área pertinente a classificação de agricultura familiar, além de dados da média de residentes nas propriedades, responsáveis diretos pela mão de obra de gestão e execução de atividades produtivas. Na Tabela 2, é possível verificar os dados referentes à média de área das

propriedades rurais participantes do estudo, além da faixa etária e média dos agricultores residentes.

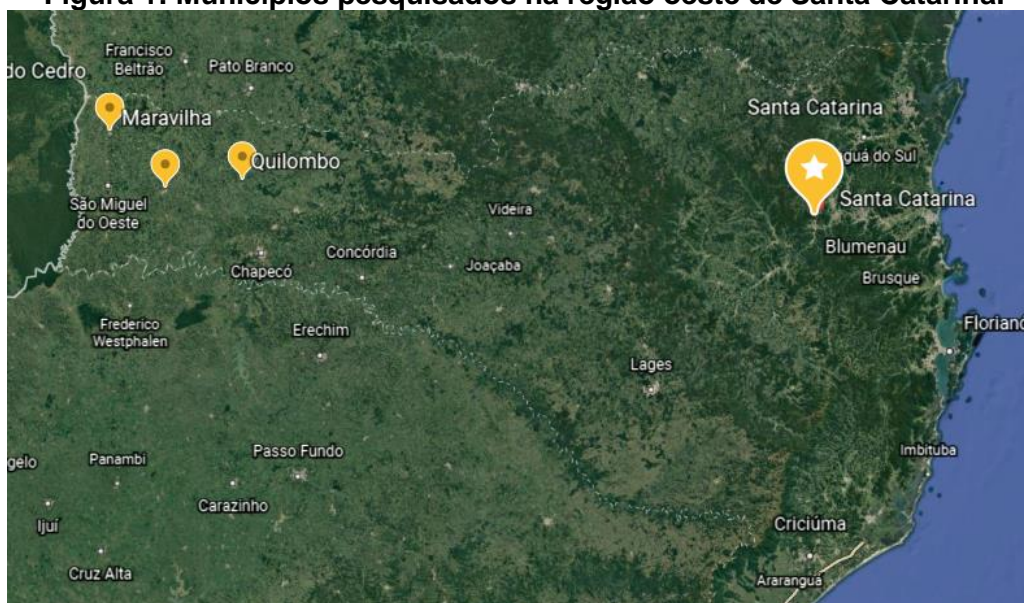
Tabela 2: Média de área e residentes nas propriedades rurais estudadas entre dezembro de 2016 a julho de 2017.

Município	Área (ha)	Média de residentes (ind)
São José do Cedro	14,8	2,9
Maravilha	29,4	3,4
Quilombo	17,5	2,1
Média geral	20,56	2,8

Org.: Autores (2020).

A Figura 1, localiza os municípios pesquisados na região oeste de Santa Catarina.

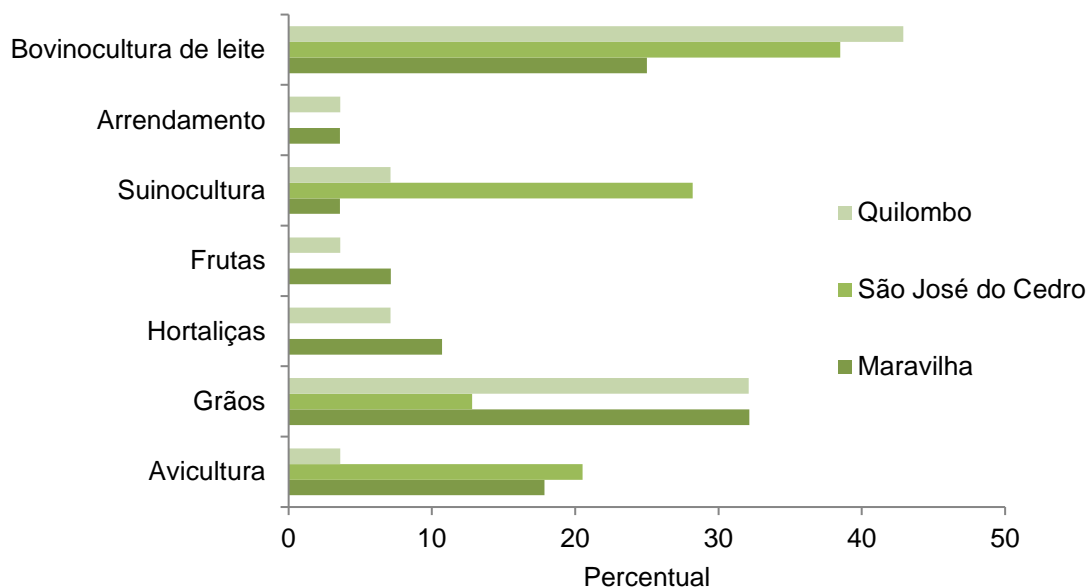
Figura 1: Municípios pesquisados na região oeste de Santa Catarina.



Fonte: Google Earth, 2021.

Como forma de complementar os dados para discussão, a Figura 2 registra as atividades produtivas principais das propriedades rurais estudadas. Os dados conjuntos compõem a caracterização das mesmas e possibilitam a discussão, de forma complementar, com os dados de mão de obra disponível, considerando aqui que apenas 7,8% das propriedades possuem algum tipo de mão de obra externa.

Figura 2: Atividades produtivas de maior importância econômica nas propriedades estudadas segundo a visão dos entrevistados entre dezembro de 2016 a julho de 2017



Org.: Autores (2020).

De maneira geral, observa-se a predominância da atividade de produção leiteira, principalmente nos municípios de São José do Cedro e Quilombo, que concentram também, as mais baixas médias de tamanho de áreas e de residentes por domicílio, responsáveis pela mão de obra. O município de Maravilha com média de tamanho de área mais alta, em relação às demais estudadas, possui a predominância da produção de grãos, principalmente milho e soja, como atividades agrícolas principais.

Algumas ponderações são importantes para que possamos compor argumentos para interpretação dos dados aqui apresentados, sendo a diversidade e a complementaridade entre as atividades produtivas em um estabelecimento de agricultura familiar, o ponto central. Desta forma, mesmo as atividades produtivas expostas na Figura 2, sendo consideradas como principais, do ponto de vista econômico, todas as propriedades apresentaram várias atividades produtivas, sendo a média geral de 4,12 atividades apontadas pelos entrevistados como integrantes de seus sistemas produtivos. Esta média foi maior no município de Maravilha, com 5,2 atividades apontadas.

É possível estabelecer uma relação direta e indireta com o tamanho das áreas e a disponibilidade de mão de obra em cada unidade produtiva. Neste sentido, entender o que move o agricultor em direção à diversificação das atividades está diretamente ligado à sustentabilidade em tempo e espaço de suas propriedades.

Para Machado *et al.* (2017), é indispensável considerar as teses estruturalistas que ligam o agricultor ao mercado e traduzem “uma inexorável especialização produtiva,

subordinação ao capitalismo e perda da diversidade”. A esta afirmativa o autor faz um contraponto com Ploeg (2003; 1994), onde o mesmo considera que a especialização produtiva se interliga e estrutura com a diversidade produtiva, ascendendo a “possibilidade do desenvolvimento de uma estratégia diferenciada em relação aos mercados. Acaba por configurar o que Ploeg chama de “*espaços de manobra*” que funcionam como ponto de sustentação da agricultura camponesa” (MACHADO *et al.*, 2017 p. 240-243).

Nessa perspectiva, parte-se do pressuposto que a realidade é complexa e que sua totalidade não pode ser reduzida ou simplesmente capturada por categorias do pensamento ou de atividades produtivas isoladas. Reforçando que a elaboração de um instrumento heurístico, a partir do qual podem ser observadas as regularidades e semelhanças, se torna importante para a compreensão da totalidade, podendo assim, fazer-se uso dos tipos ideais, que se configuram como uma abstração da realidade e que servem como referência para a o entendimento da mesma (MACHADO *et al.*, 2017 p. 243).

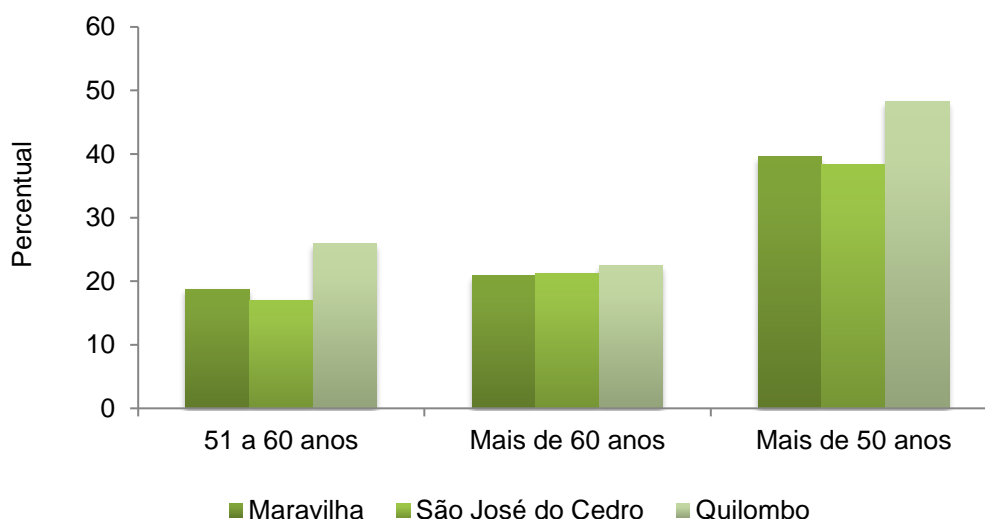
A busca da especialização e da criação dos “espaços de manobra” para sobrevivência fica evidente nos resultados de caracterização das unidades estudadas, onde entre outros fatores podemos observar que leite e grãos são apontados como os grandes geradores de renda, matérias primas ligadas atualmente a mercados estruturados e globais, além de suas conexões a sistemas de integração produtiva com conglomerados industriais. Em outro ângulo, estão ligadas as atividades de auto consumo e também a produção do alimento destinado aos animais, considerando que muito do grão produzido se destina a produção leiteira, perfazendo um aspecto de complementaridade e complexidade dentro da unidade produtiva.

Em outro ponto, resgatando a pouca mão de obra para as diversas atividades produtivas, podemos considerar dois aspectos importantes: o custo e a disponibilidade da mesma. Em décadas anteriores, a agricultura familiar se alicerçava na disponibilidade de mão de obra familiar para produzir diversidade e quantidade com menor custo, porém, com a saída dos jovens do meio rural, principalmente no Sul do Brasil, este cenário se inverte.

Para Spanevello *et al.* (2017), os dados populacionais do Brasil devem ser acrescentados a esta análise, considerando que em 2010, a população rural representava 15,6% (em torno de 15 milhões de pessoas) do total da população rural brasileira, com a perspectiva de que, em 2050, este percentual cairá para 8% (ficando em torno de 8,2 milhões de pessoas). Estes dados devem ser ainda somados em análise ao estudo do Dieese (2014), que aponta que em 1985 havia, por estabelecimento rural, quatro indivíduos envolvidos no trabalho, já em 2006, este número reduziu para 3,2 e, em 2013, chegou a 2,7 por propriedade e, segundo as projeções do mesmo autor, em 2050 deveremos ter 1,7 indivíduos ocupados por propriedade rural.

A falta de mão de obra faz com que os agricultores familiares invistam em tecnologia (GARCIA, 2014; KISCHENER, 2015), apontando aspectos relacionados ao encarecimento dos processos produtivos e à redução da margem de lucro, ou ainda, que os mesmos busquem a terceirização da mão de obra. Neste sentido, frente às dificuldades de sucessão geracional e ao encarecimento da mão de obra no meio rural e também pela quase ausência de prestadores de serviços, os agricultores envelhecidos estão cientes de que deverão reduzir a área plantada e adotar, criar estratégias outras, para manter alguma forma de produção, bem como para permanecerem no meio rural (KISCHENER, 2015, p. 85). Somado à discussão, a Figura 3 ilustra os percentuais de agricultores residentes nas propriedades rurais estudadas com mais de 50 anos de idade.

Figura 3: Percentual de agricultores residentes nas unidades produtivas com mais de 50 anos de idade, entre dezembro de 2016 a julho de 2017.



Org.: Autores (2020).

Os dados do envelhecimento do meio rural dizem respeito ao êxodo da população jovem, que cada vez mais migra para os centros urbanos, configurando uma realidade de predomínio de idosos frente à agricultura familiar. Lamarche (1993), afirmou que a agricultura familiar remete à íntima relação entre terra, trabalho e família e, sem dúvida, o elemento mais relevante deste tripé é o substantivo concreto “família”, pois se trata da base do trabalho que fixa o homem à terra. O envelhecimento do homem do campo coloca em risco o uso da mão de obra familiar, mas, sobretudo, modifica de forma definitiva a concepção da terra como lugar em que a família vive, trabalha e se sustenta.

Dentro dos percentuais apresentados na Figura 3, é possível observar que 38,3% dos agricultores entrevistados em SJC, possuem mais de 50 anos, 39,6% em Maravilha e 48,3 em Quilombo. A caracterização corrobora com os dados gerais em nível nacional, considerando que em 1980, a população idosa brasileira representava em torno de 6,1% do

total da população e, em 2017, este percentual, já estimado pelo IPEA, chegou a 11% da população total (IPEA, 2017).

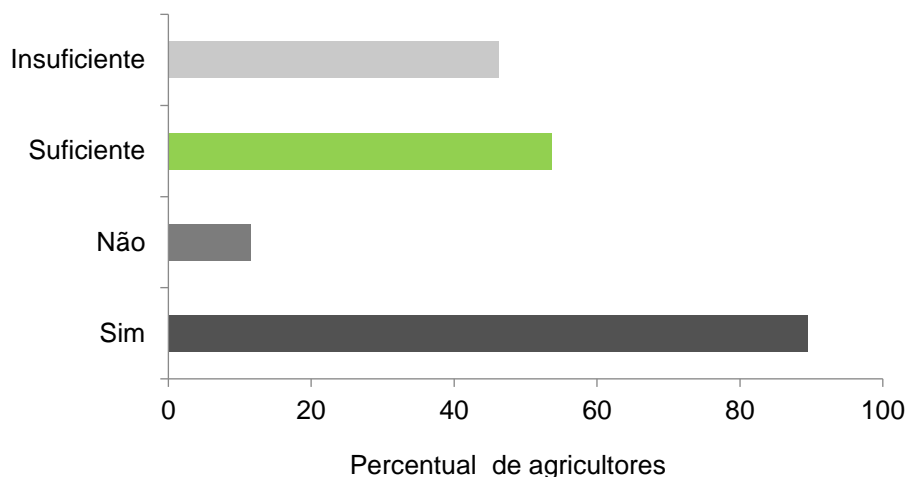
Dados oficiais do IBGE (2010) apontam que, entre 2000 e 2010, a população urbana de Santa Catarina cresceu 24,4%, já a população rural reduziu 12,1%, neste mesmo período, a população jovem do estado reduziu, relativamente à população total, 7,7%, em contraponto à população idosa, que aumentou relativamente em 2,5%.

Conforme Drebes (2014), os jovens rurais são resistentes a continuar residindo no meio rural e trabalhando na agricultura, sendo muito vulneráveis às migrações. A visão de que nas cidades as oportunidades de trabalho, estudo e desenvolvimento pessoal são maiores, faz com que o êxodo continue a ser rotina nas propriedades familiares. Algumas famílias optam pela pluriatividade como forma de minimizar o desejo dos jovens de abandonar o meio rural, como que aproximando estas duas realidades diversas, mas que trazem oportunidades socioeconômicas para a agricultura familiar, além de fazer o jovem permanecer, ou ao menos, continuar residindo no campo. Para fins de definição o termo pluriatividade “permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura.” (FULLER, 1990, p. 367)

Outros motivos apontados por alguns autores são a masculinização do meio rural, a partilha de áreas de terra relativamente pequenas entre diversos herdeiros e a própria resistência dos pais relacionada à sucessão nas propriedades.

As particularidades apontadas pelos dados acima apresentados e discutidos contextualizam uma nova e eminente discussão sobre os serviços de ATER prestados e necessários à agricultura familiar, capazes de compreender a complexidade das formas produtivas, das relações sociais, econômicas e ambientais da categoria. Neste sentido, os agricultores foram questionados sobre a necessidade e a suficiência de recebimento destes serviços (Figura 4), onde quase 90% dos agricultores afirmaram a necessidade e mais de 50% disseram serem suficientes os serviços recebidos.

Figura 4: Opinião dos agricultores sobre a necessidade e suficiência dos serviços de ATER prestados nas unidades produtivas estudadas entre dezembro de 2016 a julho de 2017.



Org.: Autores (2020).

A afirmativa do agricultor em responder “sim, preciso de ATER”, é de certo ângulo contraditória, considerando que a maior parte dos entrevistados, afirma que, da forma como vem sendo recebida, a ATER é suficiente para suas necessidades. Para compreender estes dados, pontuamos a dificuldade no entendimento do que é e quais serviços compõem a ATER. Neste sentido, Abramovay (1998) acrescenta uma reflexão importante acerca dos serviços propostos por uma agência de ATER pública, que segundo o autor, deve ser capaz de despertar o conjunto das energias locais, valorizar o campo como espaço propício na luta contra a exclusão social, englobando aspectos relacionados ao desenvolvimento sustentável, a participação, de acesso ao conhecimento com livre organização.

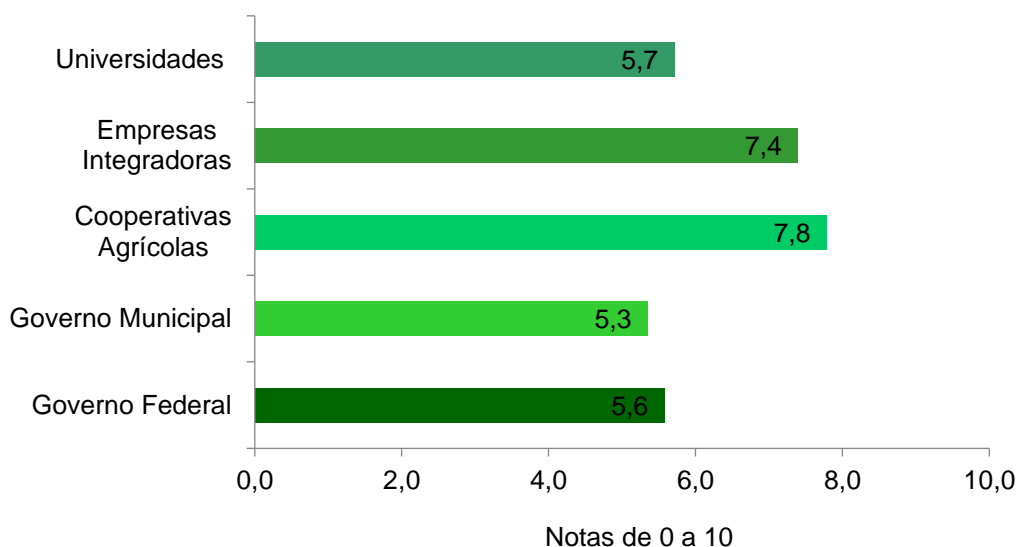
Por outro ângulo, Hennerich *et al.* (2019) acrescenta que, estas características diferem daquelas observadas pela assistência técnica prestadas por empresas privadas e cooperativas agrícolas, que embutidos em seus serviços, têm metas e objetivos de comercialização de insumos e que atua pontualmente em um sistema de produção, ou em parte dele, segmentando os demais componentes presentes na unidade de produção, principalmente considerando as especificidades da agricultura familiar.

O contraponto dos dados pode estar relacionado ao fato que a condição de ser “atendido” em um formato segmentado não supre a necessidade de uma assistência técnica que atue de forma sistêmica e holística, a qual Abramovay (1998) atribui como responsabilidade do poder público.

Os dados e a discussão acima são complementados pelos resultados expostos na Figura 5, onde os entrevistados avaliam os serviços de ATER prestados pelas diferentes

instituições, elencadas pelos mesmos, que consideraram as seguintes alternativas: universidades, empresas integradoras, cooperativas agrícolas, governo municipal e federal.

Figura 5: Avaliação dos serviços de ATER prestados na região de acordo com a instituição prestadora entre dezembro de 2016 a julho de 2017.



Org.: Autores (2020).

Observa-se que as cooperativas agrícolas e as empresas integradoras foram melhores avaliadas nos três municípios participantes. É importante constar que a chamada integração entre empresa e agricultor começou em Santa Catarina em 1960 e expandiu-se para o restante do país. O termo pressupõe uma corresponsabilidade, uma interdependência, que garante a compra da produção do agricultor e obriga o mesmo ao uso de insumos, produtos e serviços técnicos da empresa. Uma relação delicada de difícil equilíbrio, onde o agricultor passa a depender da empresa. O BNDS (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social) define empresas integradoras como “aquelas que subcontratam produtores agrícolas para o fornecimento de insumos”, ao que se acrescenta, como mão de obra para um produto final.

No município de São José do Cedro, porém, as empresas integradoras receberam uma pontuação inferior a 7,0, dado que ilustra a relatividade destes conceitos, conforme a empresa atuante na região. Outro viés a ser explorado, nesta justificativa, é a conjuntura agrícola global e sua ligação com o próprio mercado consumidor nacional e internacional, que pode influenciar diretamente na valoração da produção animal, tempo de permanência dos lotes e o retorno financeiro da atividade. O mesmo pensamento pode ser expandido ao mercado de grãos alimentado pelas cooperativas agrícolas. Esta flutuação expressa também a dependência do agricultor destes mercados e reforça a teoria exposta por Ploeg, considerando a necessidade dos “espaços de manobra”.

Em contraponto o IPEA (2017) salienta que apesar de ser muito criticada por causa do interesse que essas empresas têm em vender seus produtos, é inegável que revendas de produtos agrícolas e empresas nacionais e multinacionais do setor agrícola têm uma ativa participação no oferecimento de assistência técnica aos agricultores. Segundo o autor, no processo de venda desses produtos, os profissionais dessas empresas são treinados para ensinar os agricultores a utilizarem os produtos comercializados. Como a maioria desses profissionais possui formação na área de ciências agrárias, eles acabam por auxiliar agricultores clientes, com informações técnicas relacionadas ao processo produtivo, referentes a sementes, defensivos ou fertilizantes (CASTRO *et al.*, 2010), sendo capazes de estabelecer uma relação de confiança com estes produtores.

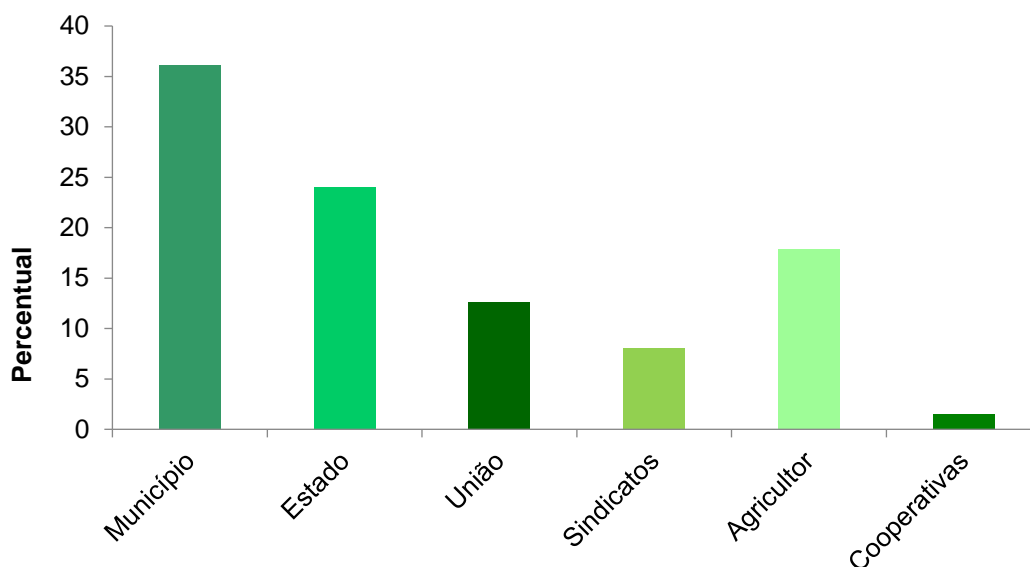
Os dados obtidos nos permitem diferentes ângulos de discussão e qualificação, entre eles, a má avaliação dos serviços de ATER públicos que obtiveram a menor nota nos três municípios, englobando aqui governo municipal e federal.

Dados publicados por Garagorry, *et al.* (2002) são semelhantes aos expressos aqui, e mostraram que 90% dos usuários dos serviços públicos de ATER gostariam de receber um melhor serviço de assistência técnica. Diversos pontos devem ser considerados aqui, entre eles, a falta de corpo técnico para o atendimento aos agricultores. Um exemplo deste cenário, é a situação de São José do Cedro que conta com 1.137 estabelecimentos rurais, com 3.258 pessoas ocupadas na agricultura (IBGE, 2017) e somente três extensionistas em seu escritório local. O resultado é a padronização dos projetos e o escasso acompanhamento técnico, restrito, na maioria dos casos, a visitas de fiscalização para a liberação de novas parcelas do Pronaf, além de algumas atividades de capacitação (OLALDE, 2005). Para os agricultores questionados, em comentários descritivos, o serviço de ATER pública tenta, mas não consegue demonstrar continuidade e eficiência em seu atendimento.

A pesquisa demonstrou também que entre as instituições elencadas, os agricultores pontuaram as universidades. Uma detalhada discussão aqui pode ser feita em relação a responsabilidade ou função destas para o serviço de ATER, porém, nos manteremos no fato exclusivo da demanda dos agricultores para tal, que acende uma reflexão sobre a visão dos mesmos e a necessidade de maior presença dos cursos de ciências agrárias junto à população local, podendo ligar os preceitos de desenvolvimento local e do próprio preparo dos acadêmicos para atuação nesta realidade.

Os participantes foram questionados ainda sobre quais instituições/indivíduos os mesmos consideram ter a responsabilidade pela prestação dos serviços de ATER, os resultados estão expressos na Figura 6.

Figura 6: Instituições e os percentuais de responsabilidade pela prestação de serviços de ATER segundo os participantes entre dezembro de 2016 a julho de 2017.



Org.: Autores (2020).

Os dados da pesquisa demonstram a percepção do agricultor de que os maiores responsáveis pela viabilização financeira do serviço de ATER são, respectivamente, o governo municipal e estadual, sendo que somente pouco mais de 10% dos entrevistados atribuem esta responsabilidade ao governo federal. Este foi um resultado, de certa forma inesperado, dada a perspectiva de tratamento de ATER como uma responsabilidade federal, a construção deste pensamento necessita ser melhor estudada, porém, em análise dos dados, em conjunto com as respostas descritivas, podemos destacar frases como: “a gente gasta nosso dinheiro aqui no município e ele vem da agricultura”, “o federal não vai ser capaz de saber o que precisamos mesmo, estão muito longe”. Este e outros recortes nos permitem considerar o olhar de desenvolvimento local e territorialidade, presente nas comunidades, reforçando a necessidade de uma ATER adequada às realidades locais, referenciando essa demanda aos governos municipais e estaduais, mais acessíveis aos agricultores.

Para Braga e Fudemma (2015), as secretarias municipais desempenham ações variáveis conforme a postura política e as características de cada município, atuando principalmente pelas políticas públicas, vinculadas ao fornecimento de DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), que consiste em um cadastramento na Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do MAPA (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento) que comporta informações básicas autodeclaradas do agricultor e da sua produção (IPEA, 2016). A DAP, além de identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA) da agricultura familiar, também se estende às suas diferentes formas associativas organizadas

como pessoas jurídicas (MAPA, 2019). Esta declaração de aptidão atua então facilitando as ações relacionadas ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). O PAA foi criado pela Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, como “uma política pública que apresenta como focos centrais o incentivo à agricultura familiar e o combate à insegurança alimentar e nutricional” (IPEA, 2020, p.7), proporcionando, entre outros elementos, a compra de alimentos diretamente do agricultor para mercados institucionais, como escolas, por exemplo. Outra linha de ação dos municípios é o fomento a espaços de comercialização de produtos locais.

A presença dos sindicatos na lista de instituições responsáveis pela ATER reacende uma discussão sobre o papel dos mesmos na vida cotidiana dos agricultores, como uma instituição de classe mais atuante na ATER. Atualmente os sindicatos rurais estão direcionados para ações de crédito agrícola e a capacitações esporádicas, porém é inegável sua atuação na construção dos processos de ATER, bem como a capilaridade junto aos agricultores, configurando estruturas que poderiam ser melhor aproveitadas em novos processos de construção.

As cooperativas agrícolas que aparecem melhor avaliadas pelos agricultores, aqui estão restritas em seu entendimento como fornecedoras dos serviços de ATER, gerando reflexões e pontuações a serem referenciadas junto a realidades locais. Segundo IPEA (2017), no Sul, a proporção de agricultores que aderem ao sistema de cooperativas é maior que nas demais regiões brasileiras e, conseqüentemente, há uma maior taxa de adesão por parte dos agricultores a esta forma associativa. Considerando que atualmente as cooperativas agrícolas atuam também na revenda de insumos, podemos aqui considerar a afirmativa de Grígolo *et al.* (2011), que pontua que tanto as empresas privadas, como as integradoras (muitas na forma cooperativa), conferem um baixo grau de autonomia aos agricultores, agindo com elementos de persuasão junto aos mesmos para a utilização de determinados pacotes tecnológicos.

Outro caminho importante apontado pelo estudo é o significativo percentual, considerando o histórico de ATER e da Agricultura familiar, de autorresponsabilidade atribuído pelos agricultores, que aponta para uma regressão de um viés assistencialista da ATER, bem como para o reconhecimento da importância e abertura à melhoria técnica de suas propriedades.

Os dados demonstrados na pesquisa corroboram com aqueles apresentados por Dias *et al.* (2019), em sua análise do cenário nacional, onde, segundo os autores, os estratos de área de “5 ha a menos de 20 ha”, concentram o maior número de estabelecimentos agropecuários do Brasil, 27,22% do total em 2017, sendo que, destes 23,76% tiveram acesso à assistência técnica. Nesta relação, segundo os autores, comparando o ano de 2006 e 2017, percebe-se ainda uma diminuição do atendimento público de 45,59% para 41,44%, e um

crescimento significativo da assistência pelas cooperativas de 21,09% para 25,52%. O estudo destaca também o aumento da assistência de iniciativa do próprio agricultor, de 13,72% em 2006 para 21,80% no ano de 2017.

No complexo cenário, que referenda a autorresponsabilidade do agricultor, também a vê como um tênue caminho de desconstrução da responsabilidade do estado frente ao desenvolvimento, para a qual Castro (2015) aponta uma reflexão importante, afirmando que caso se aceite que, pelo menos em algum grau mínimo, é responsabilidade estatal promover o desenvolvimento rural do seu território, fortalecer esta atuação, constitui condição *sine qua non* para alcançar tal objetivo. Para realizar isso, especialmente na extensa área rural, com menor presença estatal, o fortalecimento das instituições públicas de ATER é de grande valia (CASTRO, 2015 p. 57) e de direito dos agricultores, acrescenta-se, neste enfoque, a determinante participação da ATER nos processos sociais, econômicos, ambientais e culturais, enfatizando a importância da produção de alimentos em todos os possíveis modelos de desenvolvimento.

De maneira geral, os dados refletem o que Braga e Fudemma (2015) chamam de pluralidade de agentes de ATER, as autoras afirmam que o processo de reconhecimento desta pluralidade é um fato recente no Brasil, que pode ser atribuído à crise enfrentada pela estrutura estatal na década de 80, que fomentou um processo de redemocratização do setor.

Paralelamente a esta discussão, quando questionados sobre a metodologia a ser adotada pelos agentes de ATER, vale ressaltar um grande número de abordagens diferentes, que convergem, porém, às suas definições aplicadas à Pnater, que por sua vez, defende uma ATER pública, gratuita e participativa, tendo foco na agricultura familiar, com a inserção das questões ambientais e de práticas voltadas ao desenvolvimento sustentável (PEIXOTO, 2008).

Outro aspecto perceptível é aquele que define assistência técnica e extensão rural, observa-se que para o agricultor esta distinção não é clara, perpassando ao próprio papel do extensionista, visto como multitarefas, educador, facilitador, motivador, fiscalizador (SCHMITZ, 2006) e, por muitas vezes, executor.

Considerações Finais

O objetivo do estudo foi caracterizar as propriedades rurais da agricultura familiar da região Oeste de SC, registrar e discutir suas visões e perspectivas em relação aos serviços de ATER disponíveis e necessários, e entre as constatações permite observar a diversificação das atividades produtivas na agricultura familiar, entremeada pela pouca mão de obra disponível nas famílias, pelo envelhecimento dos residentes e, ainda, pela importância da produção animal na sustentação das propriedades. Estas constatações estão relacionadas

com as expressões dos agricultores sobre os serviços de ATER disponíveis, acessados e/ou almejados na região, sobre os quais podemos verificar a diversidade de agentes e o acesso conjunto destes, conforme a possibilidade ou necessidade do agricultor, fato que expressa a demanda, a necessidade do serviço, mas também a ação em áreas segmentadas de assistência técnica por parte do agente, criando uma dicotomia entre suficiência e necessidade do mesmo.

Outro aspecto importante é a aparente insatisfação do agricultor com os serviços de ATER, principalmente aqueles prestados pelo poder público, o que leva os mesmos a acessar o setor privado, seja pelas empresas integradoras ou pelas cooperativas agrícolas, aumentando então sua exposição e condicionamento a pacotes tecnológicos e respectiva dependência de mercado. Pelo viés da insatisfação, podemos concluir também a busca e construção de novas formas de sustentação, passando pela autorresponsabilidade e pelo entendimento de responsabilidade de instituições locais.

De maneira paralela, o estudo caracteriza a necessidade de efetivação de um sistema de ATER que proporcione ao agricultor continuidade, confiança, eficiência e que esteja alicerçado à realidade local, para que possa exercer a atividade agrícola, com liberdade em suas escolhas, construindo neste sentido uma linha, que necessita de maior investigação, mas que pode afirmar a necessidade de protagonismo do agricultor e base na realidade local como suporte para sua efetivação.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Estratégias e alternativas para a extensão rural e suas consequências para os processos de avaliação. In: XLV Congresso do SOBER, 22 a 25/072007, Londrina/PR. Mesa redonda: Assistência técnica e extensão rural no Brasil: desafios para os próximos anos. Londrina/PR, 2007. 17 p.

AGUIAR, Danilo R. D.; FIGUEIREDO, Adelson Martins. Poder de mercado no varejo alimentar: uma análise usando os preços do estado de São Paulo. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 49, n. 4, p. 967-990, out./dez. 2012.

AQUINO, Joacir Rufino. e SCHNEIDER, Sérgio. 12 anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. In: VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, 2010, Porto de Galinhas, **Anais**. Porto de Galinhas (PE): ALASRU, 2010.

ARAÚJO, Luis Augusto.; TORESAN, Luis. Urbanização e envelhecimento da população na perspectiva de agricultores familiares do sul do Brasil. In: Encontro de Economia Catarinense, n°. XII, 2018, Uniplac: Lages. Epagri: Cepa, 2018, p. 1-23.

BERNARDY, Rógis Juarez.; ZUANAZZI, Jeancarlo.; MONTEIRO, Ricardo. Rodrigues. Processos de desvitalização espacial: análise da dinâmica territorial do Oeste de Santa Catarina. In: O espaço rural de Santa Catarina: novos estudos. CAMPO, N. J.; BRANDT, M.; CANCELIER, J. W. (Org.). - Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. **A atividade agropecuária no Sul do Brasil em municípios pertencentes e não pertencentes a**

Territórios da Cidadania. Agropecuária BNDES Setorial 35, p. 85 – 118 Disponível em https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/1502/2/A%20set.35_A%20atividade%20agropecu%C3%A1ria%20no%20Sul%20do%20Brasil%20em_P.pdf acesso em 09 de out. 2021.

BRAGA, Ana Cláudia Rocha; FUTEMMA, Célia. Pluralidade da assistência técnica e extensão rural pública, privada e de organizações da sociedade civil. **Ruris**. São Paulo: UNICAMP, v. 9, n. 2, 2015.

CANCELIER, Janete Webler. A agricultura familiar como agente produtor do espaço rural. **In:** O espaço rural de Santa Catarina: novos estudos. CAMPO, N. J.; BRANDT, M.; CANCELIER, J. W. (Org.). - Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

CASTRO, César Nunes. **A agropecuária na região Sul:** limitações e desafios futuros. Brasília: Ipea, 2014. Texto para Discussão, n. 1993.

CASTRO, César Nunes. **Desafios da agricultura familiar:** o caso da assistência técnica e extensão rural. Boletim regional, urbano e ambiental. IPEA. 2015.

CASTRO, César Nunes; PEREIRA, Caroline Nascimento. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de ATER.** Texto para discussão 2343. Brasília: IPEA. 2017.

CASTRO, César Nunes. *et al.* Ambientes institucional e organizacional do CAI do biodiesel. **In:** CASTRO, A. M. G.; LIMA, S. M. V.; SILVA, J. F. V. Complexo agroindustrial do biodiesel no Brasil: competitividade das cadeias produtivas de matérias-primas. Brasília: Embrapa Agroenergia, 2010.

DIAS, Luiz Carlos, *et al.* Análise do acesso a assistência técnica pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. **Anais:** VIII Congresso Nacional de Ciências Sociais Aplicadas. Francisco Beltrão: UNIOESTE. 2019.

DREBES, Laila Mayara. Projeto de Juventude rural, campo de possibilidades e migração: um estudo documental do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR). **Revista Monografias Ambientais**, v. 13, n. 5, p. 4087-4098, 2014.

FACCO, Janete. **Os conflitos ambientais no processo de urbanização na microbacia do Lajeado São José.** Dissertação (mestrado em ciências ambientais) - Programa de Pós-Graduação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Chapecó – SC, 2011.

FULLER, Anthony M. From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies**, v. 6, n. 4. p. 361-373, Londres, 1990.

GARAGORRY, Fernando Luis; QUIRINO, Tarcísio Rego; SOUSA, Carolina Pingret. Diagnóstico sociotécnico da agropecuária brasileira: II. **Estabelecimentos.** Brasília: Embrapa Informática e Tecnologia, 2002. (Documentos Embrapa, n. 3). Disponível em <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/109641/diagnostico-sociotecnico-da-agropecuaria-brasileira-ii-estabelecimentos>, acesso em 01 de abril de 2020.

GRÍGOLO, Sirinei C.; NUNES, Sidemar P.; GNOATTO, Almir A.; RAMOS, Celso P.; HALAS, Marcos E. Transformações Recentes da Assistência Técnica e Extensão Rural no Sul do Brasil: Desafios à Pnater. **In:** CONGRESSO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA UTFPR, 1, Dois Vizinhos: UTFPR, 2011. 2 6 7 Disponível em <https://pdfs.semanticscholar.org/becd/5f2a9d071473efd732bdb54f0bdce2ef4ecc.pdf>, acesso em 3 abril de 2020.

HENNERICH, Juçara Elza. *et al.* Assistência técnica, extensão rural e desenvolvimento sustentável: o caso da BIOLABORE - cooperativa de trabalho e assistência técnica do Paraná.

Anais: II Seminário Internacional de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável. Foz do Iguaçu: UNIOESTE. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): instrumento de dinamismo econômico, combate à pobreza e promoção da segurança alimentar e nutricional em tempos de COVID-19. **Nota Técnica 17:** Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais. 2020. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10032/1/NT_17_Dirur_O%20Programa%20de%20Aquisicao%20de%20Alimentos%20PAA.pdf acesso em 09 de out. 2021.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de ATER. **Texto para discussão**. Rio de Janeiro, outubro de 2017. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2343.pdf acesso em 09 de out. 2021.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Diversidade da produção nos estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil: uma análise econométrica baseada no cadastro da declaração de aptidão ao PRONAF (DAP). **Texto para discussão**. Rio de Janeiro, maio de 2016. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6678/1/td_2202.pdf acesso em 09 de out. 2021.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Envelhecimento populacional, perda da capacidade laborativa e políticas públicas brasileiras entre 1992 e 2011. **Texto para discussão**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2171/1/TD_1890.pdf acesso em 09 de out. 2021.

KISCHENER, Manuel Adir. **A sucessão geracional na agricultura familiar num contexto de mercantilização e modernização:** um estudo em duas comunidades do Sudoeste do Paraná. 175 f. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco, PR, 2015.

LAMARCHE, Hugues. A agricultura familiar. **Campinas: Editora da Unicamp**, 1993.

MACHADO, José Tobias Marks. *et al.* A diversidade da Agricultura Familiar e a elaboração de Tipologias. **Revista da 14ª Jornada de Pós-Graduação e Pesquisa**. Bagé: Urcamp, vol. 14, n.14, 2017.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2019). **Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)**. Disponível em <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/dap> acesso em 09 de out. 2021.

MATTEI, Lauro. Políticas de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil: o caso recente do Pronaf. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 38, n. 1, p. 143-158, jan./mar. 2007.

OLALDE, Alicia Ruiz. Pronaf, sistemas agroflorestais e desenvolvimento sustentável no Baixo Sul da Bahia. In: CONGRESSO DA SOBER, 43., 2005, Ribeirão Preto. Anais. Ribeirão Preto: Sober, 2005.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão rural no Brasil – uma abordagem histórica da legislação.** Textos para discussão 48. Brasília, 2008. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para->

[discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao](#), acesso em 03 de abril de 2020.

PLOEG, Jan Douwe. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. In: PLOEG, J.D.; LONG, A. **Born from within: practices and perspectives of endogenous rural development**. Assen: Van Gorcum, 1994.

PLOEG, Jan Douwe. **The virtual farmer: past, present and future of the Dutch peasantry**. Assen: Van Gorcum, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio.; ESCHER, Fabiano. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Revista Sociologias**, ano 13, n. 27, p. 180-219, mai.-ago. 2011.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

SCHMITZ, Heribert. Extensão Rural no Brasil: educação ou aconselhamento? In: MONTEIRO, Diôn. M. C.; MONTEIRO, Maurílio de A. (Org.) **Desafios na Amazônia, uma nova Assistência Técnica e Extensão Rural**. Belém: UFPA/NAEA, 2006, p. 51-74.

SPANEVELLO, Rosani Marisa *et al.* A Problemática do Envelhecimento no Meio Rural Sob a Ótica dos Agricultores Familiares Sem Sucessores. **Desenvolvimento em questão**. Ijuí: Unijuí, ano 15, n. 40. 2017.

Agradecimentos

À UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina, a UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul, aos agricultores e agricultoras, alunos e alunas, fundamentais no estudo.

Sobre os autores

Juçara Elza Hennerich – Graduação em Engenharia Agrônômica pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Mestrado em Produção Vegetal pela Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro). Doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-0237-4095>

Luciana Oliveira Fariña – Graduação em Farmácia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutorado em Ciência e Tecnologia de Alimentos pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-5466-4887>

Clério Plein – Graduação em Economia Doméstica pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Mestrado em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). Doutorando em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-7235-9771>

Como citar este artigo

HENNERICH, Juçara Elza; FARIÑA, Luciana Oliveira; PLEIN, Clério. Conexões entre assistência técnica, extensão rural e agricultura familiar. **Revista NERA**, v. 25, n. 62, p. 135-157, jan.-abr., 2022.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A primeira autora ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual e coleta de dados; a segunda autora, pela revisão e teorização; e o terceiro, pelos procedimentos técnicos, revisão e discussão do artigo.

Recebido para publicação em 28 de junho de 2020.

Devolvido para revisão em 30 de agosto de 2021.

Aceito para publicação em 11 de outubro de 2021.
